

Sem autonomia plena do BC, política monetária ‘pode ser constrangida’, diz Loyola

O ex-presidente do Banco Central afirmou em audiência pública que a discussão sobre o tema deve levar o tempo necessário, mas reforçou acreditar que os benefícios são maiores do que os riscos

Por **Gabriel Shinohara**, Valor — Brasília

18/06/2024 15h17 · Atualizado há 20 horas

O ex-presidente do Banco Central (BC) Gustavo Loyola disse considerar “fundamental” que o BC tenha “plena autonomia financeira e orçamentária”. Loyola falou em audiência pública na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania no Senado Federal nesta terça-feira.

- **Leia também: Meirelles defende autonomia do BC perene e ‘completa’ em audiência no Senado sobre PEC**

A audiência serviu para discutir a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que trata da autonomia financeira e orçamentária da instituição. Segundo o ex-presidente do BC, sem essa autonomia, a política monetária “pode ser constrangida” pela falta de oxigênio orçamentário e financeiro.

Loyola afirmou que a discussão sobre o tema deve levar o tempo necessário, mas reforçou acreditar que os benefícios são maiores do que os riscos, que segundo ele, podem ser mitigados no texto da PEC ou na legislação infraconstitucional.

“Eu acredito que essa PEC traz ao Banco Central a tranquilidade e a capacidade, mais do que isso, de realizar bem as suas funções, tanto no âmbito da política monetária quanto no âmbito das políticas de supervisão e regulação financeira”, disse Loyola, que é e sócio-diretor da Tendências Consultoria Integrada.

Também na audiência pública, o ex-diretor do BC e ex-diretor-geral adjunto do Banco de Compensações Internacionais (BIS, na sigla em inglês) Luiz Awazu Pereira da Silva disse que seria necessário cautela para essa discussão sem precipitar para “aprovação de um instrumento constitucional antes que haja um debate aprofundado”.

Awazu disse que o balanço de riscos dessa mudança “me parece desfavorável”. Segundo o ex-diretor, há questões em aberto sobre o relacionamento entre o BC e o Tesouro Nacional. Pereira ainda ressaltou que problema de valorização da carreira parecia “uma questão muito mais de RH do estado em geral” que deve ser resolvida por uma política conjunta de funcionalismo.

Dessa forma, segundo o ex-diretor, a criação de empresas públicas isoladas que podem determinar suas condições salariais poderia levar a uma fragmentação que, “de certa forma, impede que nós tenhamos um sistema público de gerenciamento da política monetária, da política fiscal e da supervisão bancária que tenha coerência e consistência”, disse Awazu.



O ex-presidente do Banco Central (BC) e sócio-diretor da Tendências Consultoria Integrada, Gustavo Loyola — Foto: Sílvia Zamboni/Valor